

Foucault e o Realismo Crítico. Impasses e perspectivas na construção de uma Lingüística Aplicada Crítica.

Luiz Barros Montez (UFRJ)

Os estudos lingüísticos aplicados no Brasil, particularmente em suas variantes críticas, têm se ocupado intensamente com o pensamento de Foucault desde a década de 80 do século passado. Totalmente equivocados para uns, apenas insuficientes para outros, a contribuição de Foucault à análise de discurso crítica está, quer queiramos ou não, no centro das preocupações teóricas. As teorias de Chouliaraki & Fairclough (1999, 2003 e 2008), tão bem expostas no livro de Resende & Ramalho (2006), inspiram-se na máxima contida na *Arqueologia do saber* de que os discursos não são apenas um conjunto de signos, “elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações”, mas são práticas “que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008:55).

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Por conta de sua importância, desenvolvo algumas reflexões aqui relacionadas à teoria discursiva de Foucault que considero imprescindíveis para a construção de uma lingüística aplicada crítica. Elas não derivam de um estudo sistemático, mas de situações empíricas surgidas durante o desenrolar da pesquisa que desenvolvo no âmbito do Programa Interdisciplinar de Lingüística Aplicada da UFRJ.¹ Embora surgidas num contexto particular de pesquisa, em meu entender estas questões refletem alguns problemas de fundo epistemológico e filosófico que afetam igualmente direta ou indiretamente inúmeras investigações não somente na área da lingüística e da análise do discurso, mas também da historiografia e da escrita da história.

¹ O projeto completo pode ser acessado em www.lettras.ufrj.br/liehdh.

Venho trabalhando há cerca de dois anos com relatos de viajantes europeus no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. Tenho levantado, traduzido e analisado as construções discursivas das terras e das gentes fluminenses legadas por aqueles viajantes em documentos vazados em diversos gêneros textuais como cartas, livros de viagem, romances, ensaios, relatórios científicos etc. A pesquisa é realizada numa perspectiva claramente interdisciplinar, pois solicita a cada pesquisador da equipe o desempenho simultâneo de tarefas de arqueólogo, historiador, lingüista e crítico literário. O novo nesta pesquisa, pelo menos com relação ao que tradicionalmente vem sendo feito por historiadores em geral, é o tratamento lingüístico a que todo o material textual é submetido, que se apóia em duas constatações básicas.

A primeira, a de que a linguagem não é uma instância neutra, como o consideram muitos historiadores (ainda que não o admitam como prática consciente). Para muitos, a linguagem no discurso historiográfico é transparente, é uma espécie de recipiente onde são depositados os “fatos concretos” do devir histórico. Na perspectiva deste “neopositivismo” os relatos de viajantes no Brasil foram e continuam sendo úteis somente na medida em que descortinam realidades históricas até então ocultas, prontas e acabadas em sua “verdade objetiva”, que nada mais faziam do que esperar por alguém que os viesse libertar de seu esquecimento ou escuridão. Essa foi, por décadas, a metodologia empregada por pesquisadores brasileiros voltados à análise de relatos de viagem.²

A segunda constatação é a de que estas construções discursivas do Rio de Janeiro e do Brasil, postas em circulação em toda a Europa, são em muito boa medida as mesmas construções com as quais os próprios brasileiros vêm construindo a sua própria identidade, para si mesmos e para os estrangeiros, ao longo destes séculos. Nem sempre tem sido tarefa fácil constatar a existência desta circularidade, deste processo de produção, circulação e consumo (interpretação) de discursos nas práticas sociais realizadas entre os espaços geográficos da Europa e do Brasil. Contudo, talvez seja menos difícil mapear os caminhos percorridos por estes relatos do que rastrear as circunstâncias que a engendraram e têm engendrado até os dias de hoje.

² Afonso de E. Taunay (1935) reconta os relatos de diversos viajantes no Rio de Janeiro na terceira pessoa, pois nem mesmo vê a necessidade de se preservar as narrativas originais, que foram escritas, via de regra, na primeira pessoa do singular.

Estas duas constatações implicam uma abordagem inédita dos relatos de viajantes no Brasil. Um de seus traços mais importantes, talvez o mais fundamental, é o fato de que, embora o trabalho textual tenha por *corpora* relatos do passado, tanto as premissas da investigação como os seus resultados têm como fulcro a *contemporaneidade*. A pesquisa leva às últimas conseqüências a afirmação de que o olhar do historiador sobre o passado é determinado pelas relações engendradas pelo presente. Ela torna explícita a base ideológica sobre a qual se constrói, trazendo à superfície do seu discurso as suas entranhas, normalmente escamoteadas ou obscurecidas quando se investiga a história. A pesquisa estabelece um diálogo entre presente e passado, e busca com desassombro desvendar alguns dos mecanismos que têm nos condenado, ao longo de séculos, à reprodução e perpetuação de uma auto-imagem eurocêntrica, e, por conseqüência, eternamente inferiorizada.

Porém, o que nos cabe ressaltar na presente comunicação não é propriamente as premissas ou os seus resultados desta pesquisa, mas os percalços que ela enfrenta. Do confronto do Realismo Crítico, sob cujas linhas mestras a minha investigação se desenvolve, com a recepção e funcionalização o legado de Foucault, e das posições divergentes que deste confronto se sobressaem, é que pude extrair algumas reflexões que trago para este evento.

O primeiro percalço ocorre exatamente no momento de afirmação metodológica do que chamei mais acima de “primeira premissa” da pesquisa, ou seja, a de que a linguagem não é transparente, mas antes, ao contrário, estabelece até certo ponto o seu conteúdo. A construção discursiva, levada a cabo pelos viajantes, dos objetos e dos conceitos; as autoridades, instituições e tradições invocadas para dar fidedignidade às suas assertivas; as estratégias discursivas por eles empregadas, desde as escolhas lexicais até as macro-texturas narrativas e gêneros textuais – todos estes procedimentos ou não são levados em consideração por aqueles historiadores de viés neopositivista ou são, quando muito, considerados como elementos secundários diante da materialidade dos fatos da história. A relação do viajante com o(s) seu(s) relato(s) é vista por tais historiadores como não-problemática. O sujeito é sempre concebido previamente ao seu discurso, e o condiciona unilateralmente, conquanto jamais seja condicionado pelo discurso. O viajante e seu relato estão, assim, em situação permanente de perfeita

isonomia. O que ele relata é fruto de sua posição ideológica pré-existente ao discurso, e o discurso corresponde sempre exatamente a esta ideologia.

Na verdade, sabemos com Foucault (2008) que os objetos, os conceitos, as modalidades enunciativas e as estratégias discursivas empregadas são construídas por relações sociais historicamente determinadas, e que os discursos – não mais na sua condição de meros reflexos do real, mas na sua dupla condição dialética de práticas simultaneamente discursivas e sociais – constroem o sujeito narrador. É evidente que esta importantíssima constatação de Foucault vale também para os relatos de viajantes, e é realmente surpreendente como em épocas e lugares tão distintos os viajantes europeus, de nacionalidades tão diversas, constituem, nos mais variados países “exóticos” que percorreram, estereótipos comuns sobre as terras e gentes “nativas”. Aqui não é, entretanto, o lugar de demonstrá-lo. Prossigamos, portanto.

Falamos da contribuição de Foucault na compreensão do caráter duplo do discurso enquanto prática discursiva propriamente dita e simultaneamente enquanto prática social. Mas sabemos também, com Courtine (apud Fairclough, 2008: 62), que é necessário “pôr a perspectiva de Foucault para funcionar”. E aqui, nas propostas e no modo como isso pode ser feito, os campos se dividem.

Quem leu atentamente nas linhas anteriores sobre a defesa da tese de que o sujeito é constituído pelo discurso deu-se conta imediatamente que estamos nos referindo à *Arqueologia do saber* (2008). Sobre os descontentamentos causados por esta obra, escrevia Sérgio Paulo Rouanet (2008: 116) pouco após o seu surgimento:

A Archéologie tem assim elementos para descontentar a todos, imparcialmente. Aos humanistas nostálgicos, por sua implacável guerra contra o sujeito; aos admiradores do virtuosismo intransitivo de *Les Mots et les Choses*, por sua preocupação com o nível extradiscursivo; e aos marxistas dogmáticos, pela sua sem-cerimônia com que “desmaterializa” as práticas sociais. E no entanto não podemos evitar a sensação de que com a *Archéologie* Foucault entra num terreno novo, em que tem, até certo ponto razão contra os três grupos de críticos.

O que Rouanet chama de “desmaterialização das práticas sociais” levada a efeito obsessivamente por Foucault se ancora no ataque do autor à concepção de um sujeito uno, “transcendente”. Nas análises propostas por Foucault naquela obra (2008:61)

as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão (...) Se estes planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva.

Para Rouanet (2008: 117), a dificuldade de certo “marxismo ortodoxo” com a formulação de Foucault advém da incapacidade desta ortodoxia de compreender que

é precisamente no marxismo que o sujeito desaparece da forma mais radical. Para o marxismo, os seres humanos só existem encarnados em estruturas, cujo sistema permanece inacessível à consciência individual, até o seu desvendamento pela ciência da história. A história não é o palco em que gesticulam os grandes homens – reis, generais, benfeitores da humanidade, mas a sucessão de etapas marcadas pela formação e dissolução de estruturas. Nesse nível, portanto, a polêmica foucaultiana contra o sujeito se inscreve numa tradição científica que já deveria estar consolidada.

Isto foi escrito há mais de trinta e cinco anos. Se poderia presumir que tal polêmica entre os marxistas estaria superada, mas na realidade não está. E, em boa medida, a causa disso tudo se encontra no próprio Foucault. Dominique Lecourt (2008) coloca as coisas nos devidos termos, na medida em que evidencia que a teoria das formações discursivas de Foucault conecta-se com os movimentos da estrutura econômica e social, e demonstra como o autor da *Arqueologia* não se deixa aprisionar pelo pensamento estruturalista dominante à época.³ Contudo, o mesmo Lecourt demonstra como o autor da *Arqueologia* não foi conseqüente em articular sua teoria revolucionária com alguns princípios básicos do materialismo histórico. Paul Veyne talvez tenha sido aquele que apontou com mais clareza a origem do problema, ao apontar a origem e inspiração filosófica de Nietzsche sobre o jovem Foucault (Veyne, 2008:273):

³ Mas esta certamente não era a posição dominante à época entre os marxistas brasileiros. Em *O estruturalismo e a miséria da razão* (1972: 144-165), um dos trabalhos mais significativos à época no campo do marxismo sobre o assunto, o jovem Carlos Nelson Coutinho ataca Foucault, filiando o seu pensamento ao estruturalismo.

Para Foucault, o interesse na história não está na elaboração de constantes, quer sejam filosóficas, quer se organizem em ciências humanas; está em utilizar as constantes, quaisquer que sejam, para fazer desaparecerem as racionalizações, que renascem incessantemente. A história é uma genealogia nietzscheana.

E o que vem a ser esta “inspiração nietzscheana” não somente do jovem, mas em toda a trajetória do pensamento de Foucault? Uma das respostas a esta pergunta se encontra precisamente na crescente importância que Foucault irá atribuir, entre os seus primeiros e últimos escritos, ao pensamento genealógico de Nietzsche. É ainda Veyne (2008: 260) que destaca o que está na raiz desta genealogia:

(...) o homem tem uma “vontade de poder”, de atualização [termo utilizado por Santo Agostinho para expressar a mesma coisa, L.M.], que é indeterminada. Não é a felicidade que busca; ele não tem uma lista de necessidades determinadas para serem satisfeitas, depois do que se abandonaria ao repouso numa poltrona, em seu quarto; ele é um animal atualizador e realiza as virtualidades de todo tipo que se lhe apresentam (...).

Voltaremos daqui a pouco a falar da genealogia foucautiana. Em *Discurso e mudança social*, Norman Fairclough (2008; doravante, neste parágrafo, cito apenas os números das páginas), um dos expoentes do Realismo Crítico, sublinha a mudança de ênfases entre o período “arqueológico” inicial de Foucault e o período “genealógico” (74-75), e a enorme importância da questão do poder nesta última fase de sua obra.

Enquanto em Foucault [da *Arqueologia*, L.M.] a inteligibilidade dos sistemas de conhecimento e verdade era atribuída a regras do discurso, concebidas como autônomas (...) no principal estudo genealógico de Foucault, *Disciplina e Poder* (1979), o discurso é secundário aos sistemas de poder.

Conquanto destaque a imensa importância da reflexão de Foucault para a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), Fairclough aponta com firmeza os exageros, insuficiências e deficiências em sua obra que precisam ser superados para que tal objetivo se concretize. Entre as dificuldades que Fairclough aponta no pensamento de Foucault, estão: (1) certa negligência para com a análise textual e sua visão constitutiva do discurso (“a análise de Foucault não inclui a análise discursiva e lingüística dos

textos reais” (82)); (2) o exagero da extensão do poder: na totalidade de seu trabalho “a impressão dominante é a das pessoas desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder” (83); (3) a ausência de um conceito de prática, abrangendo a ausência do texto e da análise textual: “(...) a prática é reduzida a seu inverso, a estruturas” (83); (4) a resistência de Foucault ao conceito de “ideologia” e “à idéia de análise como forma de crítica ideológica” (84); e, por fim, (5) a percepção foucaultiana (“valiosa”) das propriedades constitutivas do discurso. A este respeito, Fairclough detalha (87):

Embora eu aceite que tanto os objetos quanto os sujeitos sociais sejam moldados pelas práticas discursivas, eu desejaria insistir que essas práticas são constrangidas pelo fato de que são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos. Os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual *o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída* (o itálico é meu, L.M.)

Em meu entender, este parágrafo é a crítica mais controversa de Fairclough a Foucault, pelo menos aos olhos dos lingüistas críticos.⁴ Fairclough não associa a ela em nenhum momento a questão genealógica, pelo menos nos termos em que Paul Veyne define esta última. Apesar destas insuficiências e “dificuldades” serem tão relevantes na argumentação de Fairclough, sem cuja superação ele entende que a teoria de Foucault não pode ser posta em funcionamento, o lingüista britânico curiosamente não aloca o traço “genealógico” de Foucault como um problema ou “dificuldade” a ser superada. Ao contrário, destaca apenas que esta nova concepção do poder “sugere que o discurso e a linguagem são de importância central nos processos sociais da sociedade moderna” (76).

Eu gostaria de sugerir nesta breve apresentação que é exatamente aí que se dá um dos momentos mais problemáticos para todos os realistas críticos interessados e funcionalizar o pensamento de Foucault no sentido do materialismo histórico. E, nesse ponto, retorno a minha pesquisa para a consecução deste objetivo. Nela é absolutamente indispensável que se reflita sobre os relatos de viajantes europeus no Brasil em termos

⁴ “Acreditar numa lingüística crítica é acreditar que podemos fazer diferença. Acreditar que o conhecimento sobre a linguagem pode e deve ser posto a serviço do bem-estar geral, da melhoria das nossas condições do dia-a-dia” (Rajagopalan, 2004: 12).

das construções discursivas do *trabalho* e da *propriedade*, engendrada pelas condições históricas do nascente capitalismo moderno. Tal perspectiva se inspira no excelente trabalho de José Carlos Barreiro (2002) – conquanto este historiador não se detenha exclusiva e extensamente na análise de discurso destes relatos.

Barreiro procura localizar o cotidiano da resistência das classes subalternas exatamente nos relatos de viagens de estrangeiros (não exclusivamente de europeus) no Brasil oitocentista. Para tanto, lhe é fundamental focalizar o epicentro das práticas discursivas dos viajantes, localizando-o nas práticas econômicas e sociais de seus países de origem, que vão determinar o choque entre seus conceitos de espacialidade, sociabilidade, propriedade, tempo, moralidade etc. e a realidade brasileira que eles observaram. É com este arsenal de conceitos que o viajante irá destilar a sua crítica à “indolência”, à “desonestidade”, às “tendências ao furto e ao crime”, à “desatenção à moral do trabalho”, à “perda de tempo”, ao “isolamento geográfico” de parte da população, à “despreocupação com a ordem e a disciplina” etc. É portanto na espessura da ideologia que extraímos dos relatos de viajantes o seu lado avesso, o discurso do oprimido, das classes subalternas, e apreendemos as suas condutas como formas concretas de resistência à penetração dos valores que pretendiam a maximização dos ganhos advindos do trabalho, seja de que natureza fosse.

A pesquisa que empreendo se baseia, portanto, num conceito de ideologia derivada do mundo do trabalho, da propriedade e da apropriação capitalista da mais-valia, valores que colidem frontalmente com a perspectiva de poder propugnada por Foucault. Flávia Biroli (2008: 161) descreve assim a perspectiva foucaultiana:

Foucault nega a noção do poder como repressão, a ela contrapondo a afirmação de que o poder positiva, diz sim, “induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Trata-se, portanto, de relações de poder que produzem verdades, mais do que as ocultam, que constituem regras para o verdadeiro – regras, entre outras, de produção de enunciados e de reconhecimento de seus sujeitos-autores. Esse caminho nos permite chegar ao conceito de ideologia, ou, melhor dizendo, aos pontos por meio dos quais Foucault o apreende – e nega a produtividade de sua utilização. Trata-se, segundo o autor, de um conceito que pressupõe uma oposição entre verdade e não-verdade, uma referência a um sujeito (de ação e dominação) e, por último, uma posição secundária em relação a determinações materiais. Os três pontos, constitutivos do conceito marxista de ideologia, são negados.

Por outro lado, o desinteresse de Foucault com a “superfície infinita” dos fenômenos da linguagem e a análise de discursos (cf. Foucault, 2008: 53) talvez esteja ancorado no que Veyne chama com razão de “excesso de positivismo” (2008: 256). Para a análise de Foucault o que importa não é o *feito*, mas o *fazer*. O mundo das objetivações criadas pela história é apenas a extremidade do processo, nunca enfrentamos “o verdadeiro cerne, que é a prática” (Veyne: 257). Pode-se perguntar com razão se Foucault não localiza a motivação desta práxis em algum traço essencializado da alma humana, do tipo “desejo”, “vontade de poder” ou algo correlato, pois não é no mundo do *trabalho* nem no da *propriedade*.

As relações engendradas por estes dois conceitos, vitais para o materialismo histórico, são igualmente fundamentais para a análise que desenvolvo. Por conseguinte, considero profundamente importante submeter todo o pensamento genealógico do último Foucault, bem como o de seus conceitos correlatos como *biopoder*, *resistência* etc. a uma reflexão mais aprofundada, se não quisermos que o Realismo Crítico os funcionalize de maneira apenas retórica.

Se é verdade que a genealogia foucaultiana “sugere que o discurso e a linguagem são de importância central nos processos sociais da sociedade moderna”, devemos então retomá-la teoricamente, com todos os riscos que esta retomada oferece.

Bibliografia mencionada

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX. Cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

BIROLI, Flávia. “Dizer (n)o tempo: observações sobre história, historicidade e discurso.” In: SIGNORINI, Inês (org.) *(Re)Discutir Texto, Gênero e Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 157-184.

CHOULIARAKI, L & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late Modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburg University Press, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2^a. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

_____. *Analysing Discourse. Textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

LECOURT, Dominique. “A Arqueologia e o saber”. In: ROUANET, S. P. & MERQUIOR, J.G. (orgs.) *O homem e o discurso. A arqueologia de Michel Foucault*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008, p. 43-66.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica. Linguagem, identidade e a questão ética*. 2ª. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Editorial Contexto, 2006.

ROUANET, Sérgio Paulo. “A gramática do homicídio”. In: ROUANET, S. P. & MERQUIOR, J.G. (orgs.) *O homem e o discurso. A arqueologia de Michel Foucault*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008, p. 91-139.

TAUNAY, Afonso de E. *No Brasil de 1840*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1935.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.